

O processo de perda de mandato do presidente da Câmara Municipal do Maio, solicitado pela Procuradoria Geral da República, ainda está de pé, contrariamente ao que foi noticiado há duas semanas. O Ministério Público acaba de dar entrada no gabinete do juiz da primeira instância a dois recursos ao STJ: um que contesta o despacho do juiz Sebastião de Pina, segundo o qual a apelação do MP entrou fora de prazo, e um segundo que contraria a decisão da instância do 3º juízo cível que considerou improcedente a perda de mandato de Manuel Ribeiro.



Mandato de Ribeiro ainda em risco

Afinal, continua 'vivo' o dossier Manuel Ribeiro, isto depois de há duas semanas ter sido noticiado que o processo tinha "morrido" na secretaria, por, supostamente, o Ministério Público não ter entregue dentro do prazo o recurso contra a sentença do juiz Sebastião de Pina, que considerou improcedente o pedido de perda de mandato do presidente da Câmara Municipal do Maio. Mas eis que a Procuradoria vem, esta semana, entregar ao Tribunal da Comarca da Praia dois recursos contestando tanto o conteúdo da sentença como o suposto incumprimento do prazo para o recurso alegado pela instância do 3º juízo cível.

Na sua alegação, o MP afirma ter, sim, recorrido dentro do prazo estabelecido, ao mesmo tempo que alerta para um eventual erro de qualificação do processo, isto é, se a perda de mandato dos titulares dos órgãos municipais é um processo de contencioso administrativo, cujo prazo para o recurso é de oito dias úteis, ou se segue os trâmites do processo civil, cujo tempo limite vai de dez a vinte dias. Para a Procuradoria, a confusão do juiz está precisamente neste aspecto, ou seja, no entender do MP aquele magistrado judicial interpretou o caso como sendo de contencioso administrativo, quando devia seguir os termos do processo civil sumário.

Daí que, de acordo com fontes deste jornal, o MP entenda que o despacho do juiz Sebastião de Pina é ilegal, porquanto a Procuradoria teve conhecimento do despacho que lhe autoriza

a analisar os autos para a alegação na primeira instância no dia 15 de Maio deste ano, tendo apresentado o recurso no dia 31 do mesmo mês. Feitas as contas, passaram-se, portanto, onze dias (excluindo sábados, domingos e o feriado de 19 de Maio), o que, na óptica do MP, está dentro do prazo legalmente fixado. Por isso, e entre outras razões, o Ministério Público pede que o despacho de incumprimento do prazo seja anulado e substituído por outro que aceite o recurso.

O MP entregou ainda um outro documento no qual contesta a sentença, propriamente dita. Ao que **A Semana** apurou, a Procuradoria considera ter havido erro de julgamento, uma vez que o juiz deu como provados factos que, alegadamente, contradizem o argumento do próprio magistrado judicial. Sobretudo porque, explica o MP, os "factos graves" dados como provados durante o julgamento – "efectivamente, resultaram provados que houve ilegalidades, prática de irregularidades e omissão na actuação do réu no exercício das suas funções", reza a sentença – constituem uma continuada prática ilícita que exige a perda imediata do mandato do presidente da Câmara, conforme os Estatutos dos Municípios. Pelo que, o MP recorre e insiste em pedir a perda de mandato de Manuel Ribeiro.

Este processo contra o presidente da Câmara do Maio surgiu na sequência de uma sindicância efectuada pela inspecção das

Finanças que detectou falhas na gestão do autarca, sobretudo na venda de terrenos públicos e privados sem cobertura legal. Tendo tomado conhecimento, o Ministério Público accionou um processo contra Ribeiro solicitando ao tribunal a sua perda de mandato.

No início do mês de Maio, o Tribunal da Praia considerou improcedente o pedido do MP alegando, entre outras coisas, que apesar de resultarem "provadas as ilegalidades, irregularidades e omissão na actuação do réu no exercício das suas funções", esses actos não assumem a gravidade legalmente exigida para a perda de mandato do presidente de Câmara.

Foi o recurso a esta sentença que o tribunal rejeitou alegando terentrado forado prazo estabelecido por lei, fazendo o processo "morrer" na secretaria. Este facto levou alguns críticos a acusar a Procuradoria de "irresponsabilidade administrativa". Porém, vem agora o MP apresentar dois recursos, contestando a sentença e o outro despacho do juiz sobre o incumprimento do prazo, o que reaviva o dossier Manuel Ribeiro.

De notar, ainda, que o processo relativo às ilegalidades cometidas – e relatadas pelo juiz Sebastião de Pina como provadas – está por julgar. Segundo as nossas fontes, o MP apenas aguarda a decisão do STJ sobre a perda de mandato de Ribeiro para avançar com o outro processo.

Hermínio Silves

Casa do Direito para pequenos litígios

Até ao final do ano estarão a funcionar em todo o país cerca de dez Casas do Direito – centros de informação jurídica e de mediação de pequenos litígios nos concelhos sem tribunal. A primeira estrutura do género já existe em Santa Catarina. A próxima será na Calheta de São Miguel.

O ministro da Justiça, José Manuel Andrade, visitou, quarta-feira, os serviços ligados ao seu ministério nos concelhos do Tarrafal e de São Miguel, no interior de Santiago. Na vila da Calheta, o titular da pasta da Justiça abordou com o presidente da Câmara Municipal a criação para breve de uma Casa do Direito no concelho, a segunda do país.

"A casa do Direito acontece através de uma parceria entre o governo e os municípios. Estes

cedem espaço e o governo assume os outros custos", disse ao **A Semana** José Manuel Andrade, que quer ter a funcionar antes do final deste ano pelo menos dez Casas do Direito em todo o país. A ideia, de acordo com o governante, é fazer com que as acessibilidades da Justiça estejam o mais perto possível do cidadão, aliviando ao mesmo tempo os tribunais do excesso de processos pequenos e de resolução fácil.

Esta é, na verdade, uma das grandes atribuições da Casa do Direito: mediar pequenos litígios. "Brigas de vizinhos, alguns tipos de furtos, e outros casos do género passarão, assim, a ser mediados pela Casa do Direito que muitas vezes pode até resolvê-los ali,

antes de chegarem a tribunal", explica o ministro da Justiça, para quem, acima de tudo, "a Casa do Direito funciona como um centro de informação jurídica para onde as pessoas, sobretudo as mais vulneráveis, recorrem para obter esclarecimentos e conselhos sobre assuntos judiciais".

Para tal, "a Casa do Direito terá um advogado à disposição, além de técnicos capacitados para prestar todo o serviço de esclarecimentos e mediação de pequenos conflitos", acrescenta.

José Manuel Andrade adianta ainda que no decorrer deste ano todo o sistema dos Registos e Notariado estará completamente modernizado e informatizado. Uma medida que, segundo o governante, visa facilitar o acesso dos utentes aos

documentos, no seu próprio local de residência. Isto é, a informatização dos Registos irá permitir, por exemplo, a um cidadão natural de São Vicente solicitar uma certidão a partir da cidade da Praia, através do simples envio de dados via Intranet. Os consulados de Cabo Verde no estrangeiro também entrarão no sistema.

Para Julho está prevista a abertura de um novo cartório na Achada Santo António. O edifício onde ficará instalado o novo cartório está em obras de adaptação e o governo quer tê-lo pronto até meados de Julho, de modo a "apanhar a enchente nesse serviço durante o Verão", com a vinda de muitos emigrantes, que aproveitam para actualizar os seus documentos.

Imprensa internacional aponta câmaras à NATO



Cabo Verde na boca do mundo

Ester Alvaiado, jornalista do “*El Mundo*”, desembarcou em Cabo Verde na esperança de encontrar uma terra verdejante, ou pelo menos uma savana africana. Quando esbarrou com a paisagem seca da ilha de S. Vicente, confessa, ficou atónita. Mas essa imagem acabou por fasciná-la, sobretudo quando contactou a população cabo-verdiana e conseguiu relacionar o homem com a natureza onde vive.

A jornalista Alvaiado chegou a Mindelo enquadrada numa equipa de imprensa internacional composta por cento e vinte técnicos vindos da Europa, Japão, Rússia, Senegal e da América, com o propósito de reportar os exercícios da NATO em Cabo Verde. “*Fiquei alucinada com Cabo Verde e com todo este aparato logístico e militar. No tocante aos exercícios, creio que deve haver mais treinos desta envergadura para que a Europa possa dispor de um exército mais firme e interveniente nas situações de conflito mundial e de apoio humanitário*”, defende Alvaiado. Natural da Espanha, jornalista ficou também impressionada com a posição que o seu país – considerado, por ela, um “*sócio-pobre*” da NATO – está a ocupar nos treinos da Aliança Atlântica.

Além de militares colocados nos acampamentos da Força de Resposta Rápida (NRF), a Espanha dispõe de uma unidade naval anfíbia, que foi visitada pela imprensa espanhola e cabo-verdiana. Barco de assalto anfíbio, o L-52 Castilla tem 540 tropas a bordo e já participou em todas as operações de desembarque e de apoio às unidades terrestres da NRF. Além disso, segundo o Vice-Almirante José Rozas, “Castilla” está envolvido nas missões de patrulha das águas territoriais cabo-verdianas. O Vice-Almirante assegura, entretanto, que ainda não foi detectado nenhum caso de transgressão – como pesca ilegal, emigração clandestina ou de narcotráfico – digno de registo.

“*Este treino demonstrou que a NATO está em condições de actuar em zonas difíceis e em qualquer parte do mundo*”, opina o Comandante do “Castilla”, unidade que esteve envolvida num exercício de desembarque destinado à imprensa internacional, no dia 22 de Junho. Para os jornalistas, de um modo geral, tratou-se de um filme militar vistoso.

O exercício, que decorreu na praia de Flamengos, consistiu num ataque aéreo e terrestre a uma estrutura terrorista, estabelecida numa ribeira pedregosa, ladeada por montanhas. Este combate simulado envolveu meios marítimos, aéreos, terrestres e forças operacionais aerotransportadas. Tudo

decorreu como previsto, sem incidentes.

No final do denominado Media-day, os jornalistas tiveram a oportunidade de falar com o Secretário-Geral da NATO, Jaap de Hoop Schreffer, e com o Comandante Supremo da Aliança, o General norte-americano James Jones, que se deslocaram à praia de Flamengos.

Nunca Cabo Verde foi alvo de tanta atenção da imprensa internacional, ainda mais dos órgãos de comunicação social da Europa e dos Estados Unidos da América. Enviados especiais de jornais, cadeias de televisão e repórteres fotográficos desembarcaram na cidade do Mindelo no dia 21 de Junho, prontos a retratar o ambiente dos exercícios da Força Aliada. E, como é natural, Cabo Verde tornou-se o centro das notícias e das reportagens enviadas do Centro de Imprensa da NATO para os vinte e seis países que compõem a Aliança Atlântica. E talvez por sentir essa necessidade de conhecer melhor este país perdido no Atlântico que devia ser verde, mas é feito de árvores repuxadas pelo vento de uma terra seca, o japonês Nagayo Taniguchi prometeu regressar e elaborar reportagens mais detalhadas sobre o arquipélago.

O “Steadfast Jaguar” foi, entretanto, alvo esta semana de uma atenção especial do Governo cabo-verdiano. Numa visita efectuada às forças estacionadas em S. Vicente, o Primeiro-Ministro José M. Neves manifestou-se impressionado com a quantidade de meios mobilizados pela NATO em tão pouco espaço de tempo. Neves, que se deslocou a Mindelo acompanhado pelos titulares das pastas da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, além do Chefe de Estado-Maior, garantiu que o propósito de Cabo Verde com este treino é assegurar uma parceria estratégica com a União Europeia e estreitar os laços com a América do Norte para o combate ao narcotráfico, à emigração clandestina e a outras potenciais ameaças à soberania do arquipélago. “A nossa ideia é aumentar o nível de segurança do país em relação à emigração clandestina, ao tráfico humano e de drogas e a toda a criminalidade conexa”, explicou o Chefe do Executivo, que considerou o narcotráfico a principal ameaça à soberania do arquipélago, neste momento.

Segundo Neves, Cabo Verde quer estabelecer âncoras para poder alcançar a modernidade e construir factores de competitividade internacional. E, na sua óptica, um dos caminhos para o país atingir esse desígnio passa por esta parceria com a NATO.

Kim-Zé Brito



Experiência única

Os jornalistas radicados na ilha do Sal viveram, nesta terça-feira, um daqueles dias que fazem essa profissão tão gratificante, que são as oportunidades de viver experiências inusitadas. A nossa reportagem acompanhou um voo de patrulha e reconhecimento de um dos aviões radares da NATO, pudemos ver de perto toda a complexidade tecnológica daquele aparelho, uma autêntica torre de controlo ao tráfego aéreo, e não só, sobre asas.

Foi sem sombra de dúvidas um dia diferente, numa viagem que se iniciou às 13H00. A nossa missão: patrulhar o espaço aéreo à procura de aviões hostis e conduzir os F-16 numa simulação de combate aéreo, em que devem localizar o inimigo, nesse caso, caças espanhóis que têm como base um porta-aviões também espanhol, situado algures no Atlântico. Mas não fica por aí, como explica o Director Tático, o “big boss” da secção de comunicações. “*Hoje estamos a prestar apoio a todas as componentes: aérea, terrestre e marítima*”, salienta o Major Peter Boersting, dinamarquês. Assim, “*estamos conectados com os navios e eles vêem o que nós vemos e vice-versa. Mas a nossa visão é mais alargada, pois estamos no ar, e por isso fornecemos-lhe o nosso retrato do espaço e dos navios que estão a operar nele. Para as missões terrestres damos o que se chama de suporte aéreo de perto, o que significa que temos caças a atacar no chão, a apoiar o exército*”, nos exercícios em Santo Antão e São Vicente.

O AWAC, um Boeing 707 equipado com o mais sofisticado sistema de radares, tem normalmente uma tripulação de 17 elementos. Entretanto, para esta missão eram 15 os tripulantes: Cockpit, dois pilotos, um engenheiro de voo responsável pela monitorização de todo o sistema

hidráulico da aeronave e um navegador que controla a rota do avião. Um engenheiro de computadores controla todo o sistema informático do Boeing. A operar os monitores do radar, nove controladores, cada um com a sua função garantem a comunicação com os aviões de combate, monitorizam o espaço aéreo para que esses possam navegar em segurança enquanto localizam o inimigo. Completa a tripulação um técnico de radar, responsável pela monitorização da grande antena radar colocada no topo exterior do AWAC.

A aeronave pode voar dez horas, ou até um pouco mais, com o tanque cheio. Mas, caso haja necessidade de ficarem mais tempo no ar, ela é dotada de um sistema de abastecimento de combustível em pleno voo, através de outros aviões que lhe levam o combustível. Durou a nossa primeira missão bem sucedida seis horas e dez minutos, tempo ocupado a sobrevoar a totalidade do espaço aéreo cabo-verdiano. Mesmo assim, ainda houve tempo para um acontecimento inesperado. O AWAC preparava-se para encostar as rodas na pista, quando de repente ouvimos o motor a acelerar. Supresa: o aparelho voltava a subir aos céus. O avião deu então mais uma volta e viemos a aterrar uns cinco minutos depois. O motivo da inesperada manobra, ao que parece, foi uma ordem da torre de controlo do AWAC, porque um avião se encontrava numa pista ao lado. Provavelmente apenas para cumprir com as normas internacionais de segurança aérea, pois, aparentemente, o outro avião não constituía perigo nenhum para nós. E foi assim que chegamos ao fim de uma divertida e inusitada viagem em que percorremos cerca de 3600 km a uma velocidade média de 600 Km por hora.

KS

Aumentos salariais ficam pelos 3,5%



MANIFESTAÇÃO DE HÁ DUAS SEMANAS EXIGIA 5% DE AJUSTE SALARIAL

É de 3,5% o aumento salarial decidido pelo governo, com efeitos retroactivos a Janeiro de 2006. E cai o pano sobre a reivindicação dos cabo-verdianos para repor o seu poder de compra bastante abalado com os recentes aumentos registados no país – após os combustíveis, veio a luz, água, transportes, etc, etc. Agora, depois de uma primeira tentativa que fracassou, o governo acrescentou 0,5 por cento ao que tinha prometido, exibiu novas regalias para os funcionários e trabalhadores e junto com os empregadores lá conseguiu o acordo de todos os parceiros sociais, mesmo da CCSL que não assinou mas promete respeitar. Dentre as contrapartidas oferecidas pelo governo estão a revisão dos escalões do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) e a aplicação de um novo Índice de Preço ao Consumidor.

Tanto o governo como a UNTC-CS e a CCSL tiveram de flexibilizar as suas posi-

ções, que eram de 3 e 5%, respectivamente. De fora do acordo ficou a Confederação dos Sindicatos Livres (CCSL), que não rubricou o documento no término da reunião extraordinária do Conselho de Concertação Social realizada na quarta-feira, 21, presidida pelo primeiro-ministro José Maria Neves, e que fixou o aumento salarial para este ano em 3,5%.

José Manuel Vaz considera, no entanto, que, na globalidade, a Confederação aceita o acordo, pois apresenta “coisas interessantes”. “Aceitámos o acordo, na globalidade. Mas, questionamos o montante do reajuste, que fica muito aquém das nossas expectativas. Mas vamos respeitar o acordo, apesar do governo não ter aceite a decisão maioritária saída da primeira reunião, chegando inclusive a ameaçar denunciá-la”.

Já Júlio Ascensão Silva, da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical (UNTC-CS) prefere

destacar os compromissos assumidos pelo governo, nomeadamente o de apresentar em Outubro próximo uma proposta de revisão dos diferentes escalões do IUR, e que produzirá efeitos a partir de Janeiro de 2007. Um outro acordo conseguido nesta reunião e que vai ao encontro das reivindicações dos sindicatos, indica Ascensão Silva, é a adopção, a partir do próximo ano, de um novo cabaz para o Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

“O acordo conseguido não foi o ideal, tendo em conta que a UNTC-CS apresentou uma primeira proposta de 5%, que acabou por baixar para 4% na última reunião do CCS. Foi esta proposta que levámos para a reunião extraordinária. Mas aceitámos o acordo porque a contraproposta apresentada pelo primeiro-ministro de reduzir o IUR e de adoptar um novo IPC a partir de 2007, nos pareceu razoável”, justifica Júlio Ascensão Silva.

Mas engana-se quem pensa que foi uma

reunião tranquila. De acordo com Silva, as discussões foram longas e cansativas e só se começou a vislumbrar algum entendimento nos últimos minutos. “O governo sustentou a proposta de aumento de 3% o máximo possível. A UNTC-CS só cedeu quando o primeiro-ministro acenou com as contrapartidas. Já a CCSL recusou-se categoricamente a assinar o acordo, num momento em que tudo apontava para um entendimento geral. Entretanto, a Confederação declarou que respeitará o acordo, o que é de louvar”, assegura o líder da maior central sindical do país.

Com o acordo, fica cancelada a manifestação prevista para sábado, 24. Esta acção reivindicativa estava a ser organizada pelos vários sindicatos filiados na UNTC-CS da ilha de Santiago e, conforme os promotores, poderia alargar-se às outras ilhas, caso o governo não flexibilizasse a sua proposta de aumento salarial para o corrente ano.

Constância de Pina

Sexta-feira, 23 de Junho de 2006

Actualidade

PUB

E-mail com fotos e identidades de presumíveis delinquentes circula pela Internet

“Assunto: Fotos divulgadas dos grupos de assalto agindo na Praia”. É com esta introdução que tem chegado a inúmeras caixas de correio electrónico em Cabo Verde e em Portugal um e-mail contendo as fotografias, os nomes e a residência de presumíveis delinquentes que actuam na capital cabo-verdiana. A POP já abriu um inquérito interno para apurar uma eventual fuga de informação. Para o presidente da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, a divulgação pública destas imagens é “lamentável” e uma violação dos direitos “humanos”. “Uma arma contra a impunidade que tomou conta da cidade da Praia”, dizem os cidadãos, que se sentem mais “protegidos” com a exibição pública destas fotos.



Thugs de

Setenta e três jovens cabo-verdianos, do sexo masculino, estão a ser identificados como pertencentes a grupos “Thugs”, num e-mail que circula pela Internet. A mensagem chega às caixas do correio com o assunto “Fotos divulgadas dos grupos de assalto agindo na Praia” e traz não só a foto, tipo passe, dos 73 indivíduos como também os seus nomes ou nominhos e, em alguns casos, o local da Praia onde vivem e actuam. Estas informações surgem num documento anexo ao e-mail, que, pelo que podemos apurar, circula em Portugal e em Cabo Verde. A identidade do autor original desta mensagem não é reconhecível.

Já o ficheiro com a identificação dos jovens, denominado Scan0, em formato PDF, pode ter vindo dos arquivos policiais. Segundo uma fonte da POP, a fuga de informação pode ter acontecido durante o Festival da Gamboa. “Tínhamos um arquivo com fotos de meliantes num posto provisório montado especialmente para o festival nas instalações do Hotel Marisol. Era uma forma das vítimas de assaltos no festival poderem reconhecer os prevaricadores. Acreditamos que poderá ter saído daí uma cópia”.

Terá sido um agente da autoridade ou uma pessoa externa aos serviços policiais a colocar estas imagens no domínio público? É isso que a POP espera descobrir. “Já há uma acção interna para apurar responsabilidades”, assegura a nossa fonte.

Confirmada está, por enquanto, a ligação

de “alguns” destes rapazes ao mundo do crime: “Reconheço vários deles como fazendo parte dos Thugs”, diz a mesma fonte.

“Thug” é uma designação criada recentemente em Cabo Verde para apelidar os gangs de delinquentes responsáveis por grande parte dos furtos a pessoas e actos de intimidação que ocorrem na Cidade da Praia. Muitos deles são menores, usam drogas e alguns identificam-se pelo uso de bonés e camisolas ao estilo dos “rappers” norte-americanos.

A Polícia conhece-os todos. “Não deve haver um thug nesta cidade que não tenha passado pela esquadra”, refere a fonte da POP, acrescentando que as autoridades policiais detêm fotos de dezenas de jovens menores e maiores de idade num arquivo em formato digital. Alguns agentes recebem uma impressão desse material para a investigação no terreno. Poderá ter sido também daí que a informação “escapou” para a Internet.

“É um grande problema que a POP tem em mãos. Somos obrigados a preservar a informação interna e a usá-la restritamente para investigação. Havendo fuga de informação de algum operacional trata-se de um problema grave. A identificação pública destes jovens é um procedimento que condenamos. Trata-se de uma violação dos direitos do cidadão”, disse a fonte da POP ao **A Semana**.

Uma condenação que chega também da Ordem dos Advogados de Cabo Verde. “É lamentável que isto tenha acontecido. Viola

o direito à imagem e ao bom nome dos cidadãos em causa. São dados que não poderiam ser divulgados sem a sua autorização”, esclareceu o presidente do organismo. Para Arnaldo Silva, “mesmo que por hipótese se trate de delinquentes, têm o direito a preservar o seu bom nome”.

O responsável espera que, caso as fotos pertençam ao arquivo da polícia, seja feito “um inquérito rigoroso para apurar quem está por trás da divulgação deste material”.

A Constituição da República de Cabo Verde é clara ao considerar, no artigo 44º, referente à utilização de meios informáticos e protecção de dados pessoais, alínea 4, que “não é permitido o acesso a arquivos, ficheiros, registos informáticos ou bases de dados para conhecimento de dados pessoais relativos a terceiros, nem a transferência de dados pessoais de um para outro ficheiro informático pertencente a distintos serviços ou instituições, salvo nos casos estabelecidos na lei ou por decisão judicial”. A alínea 7 acrescenta que os “dados pessoais constantes de ficheiros manuais gozam de protecção idêntica”.

A lei fundamental assegura ainda a presunção de inocência (Princípios do processo penal, artigo 34, alínea 1) e limita a liberdade de informação (Artigo 47º, Liberdade de Expressão e Informação) como protecção da infância e da juventude e para evitar a apologia da violência, do racismo, da xenofobia e

de qualquer forma de discriminação.

Para além disso, a Constituição diz que “a liberdade de expressão e de informação não justifica a ofensa à honra e consideração das pessoas, nem a violação do seu direito à imagem ou à reserva da intimidade da vida pessoal e familiar” na alínea 4 do artigo 47º.

Todos estes artigos são violados ao se expor publicamente a identidade destes jovens, quer estejam ou não envolvidos em actos ilícitos.

CIDADÃOS RECLAMAM MAIS SEGURANÇA

Leis à parte, os cidadãos sentem-se indefesos contra a vaga criminosa que assola a capital cabo-verdiana. Para a maioria, a exibição pública das fotos dos alegados “thugs” é um reconforto.

“Podemos reconhecê-los e estar alerta”, admite um praiense, acrescentando que “à falta de melhor, esta é uma forma de se pôr fim à impunidade que tomou conta da capital”.

Impunidade que, segundo um outro cidadão, recentemente assaltado com uma arma branca na Achada Santo António, põe em causa “uma das coisas mais importantes que o país conseguiu obter: a credibilidade”.

“Estes jovens aproximaram-se de mim com facas e fiquei impressionado com a forma como actuavam. Gozavam connosco,



Vassalados

Correio das ilhas

Sexta-feira, 23 de Junho de 2006

falavam como se o assalto se tratasse de uma brincadeira. Foi uma surpresa total ver que eles fazem aquilo como se fossem impunes. Sei de turistas que foram atacados e não querem mais voltar a Cabo Verde”, conta este cidadão, cabo-verdiano da segunda geração da diáspora. Na sua opinião, contudo, as imagens dos jovens não deveriam ser divulgadas porque “não está provado que todos eles são assaltantes”. Ainda assim, considera que se trata de um “mal menor” tendo em conta “o caminho que isto está a levar”. “Precisamos de medidas sérias, ou seja, um maior piquete de intervenção policial e um trabalho pedagógico nos bairros onde se sabe que existem Thugs, antes que isto se torne uma grande desgraça para Cabo Verde”.

Por cautela, vários estabelecimentos comerciais na cidade já têm cópias destas fotografias - “debaixo do balcão” - para que os funcionários possam identificar os “thugs” e melhor se protegerem. Em conversa com **A Semana**, uma funcionária de um café diz concordar “que passem as fotos” para “saber quem são e melhor reconhecer os criminosos”. Há até dois jovens que esta funcionária já conhece. Um, diz, costuma frequentar o café e “é um ótimo rapaz, muito simpático”; o outro “é muito perigoso”. “Sei que ele actua na Fazenda e se não dás o que ele quer, agride-te”.

“Serem menores não desculpa tudo. Têm força suficiente para matar e atacar. São mais homens do que muitos homens

que andam por aí”, considera, por sua vez, o advogado Geraldo Almeida. Este colunista de **A Semana**, que defende publicamente a criação de milícias na capital, não se sente agastado com a divulgação das fotos dos presumíveis “Thugs”. “Há uma colisão de direitos fundamentais. O direito de protecção da vida e integridade física é superior ao direito à imagem. Não sei o que é mais violento: divulgar a cara desses indivíduos ou as pessoas serem atacadas durante a noite nas suas casas”, ironiza.

LEI MUITO PROTECTORA

“O Estado tem que defender o direito da maioria, que são os cidadãos que pagam os seus impostos e não só o das minorias, ainda mais sendo prevaricadoras”, problematiza o sociólogo José Semedo. O também director da AfroSondagem acredita que “o cidadão encontrou nestas fotografias um meio de se defender”. “Pode ser um paradoxo, estamos a violar direitos de imagem, não é constitucional, mas é uma forma dos cidadãos se protegerem”.

Na sua perspectiva, “enquanto cidadão”, “o recrudescimento da violência juvenil é um fenómeno novo, que resulta do crescimento desenfreado das cidades, acompanhado dos crescimento das desigualdades”. “As famílias estão desestruturadas, a escola e a sociedade arcam com a educação das crianças, sem as condições necessárias para o fazer. A

televisão e os meios audiovisuais expõem os jovens a exemplos menos positivos que procuram reproduzir. Aumenta a exposição aos bens de consumo e crescem as expectativas”, aponta.

Cabo Verde deve – afirma José Semedo – actuar na prevenção e “não ter uma atitude de reacção”. “Temos que formar comportamentos saudáveis e não reagir quando as coisas não correm bem. Não estamos a saber responder e acabamos por alimentar este clima de impunidade”, avisa.

E se quase todos os cidadãos entrevistados concordam “que a polícia não faz nada”, uma fonte da POP responsabiliza também os habitantes da Praia. “Em diversas ocasiões, não se consegue reunir provas suficientes para incriminar porque não há testemunhas ou porque, quando há, se recusam a prestar declarações”, diz. “Os assaltos que os ‘Thugs’ praticam são crimes semi-públicos, em que o visado tem que fazer prova seja através de relatório médico, seja pelo depoimento de testemunhas. As pessoas não se podem deixar intimidar por este jovens. Ficar de boca calada é um disparate”, afirma o policial.

“A imagem de que a polícia não faz nada não corresponde à realidade”, explica a procuradora da República Lisete Neves. “Os crimes praticados pelos chamados Thugs são sancionados com penas inferiores a três anos. Por isso, não pode ser usada a medida de coacção de prisão preventiva. Há outras medidas de coacção, como a apresentação

obrigatória à esquadra, mas a moldura penal acaba por não permitir, muitas vezes, que fiquem detidos”.

Segundo referiu, a legislação cabo-verdiana a nível de menores de idade é muito “protectora, não responsabilizando o jovem pelos actos cometidos”. A sua alteração está a ser “trabalhada” e uma nova legislação deverá estar pronta até ao final do ano.

Levanta-se ainda a questão de, mesmo com a aplicação das medidas de correcção consagradas na lei, não existir nenhum local em Cabo Verde para a detenção de menores. O Centro Orlando Pantera, já inaugurado, ainda não abriu as portas e, de qualquer modo, tem capacidade para apenas dez jovens.

Em Cabo Verde, os indivíduos menores de 16 anos são considerados inimputáveis, mas, caso pratiquem algum acto equiparado a crime, serão apresentados ao Tribunal de Família e Menores e defendidos pelo Ministério Público. Os jovens maiores de 16 anos respondem por qualquer crime e são punidos, de acordo com o código penal.

Para Lisete Neves, a nova legislação, através dos organismos competentes como o Instituto Cabo-verdiano de Menores, deve consagrar, em particular, “o trabalho de prevenção com os jovens antes que cheguem aos 16 anos”. “Para evitar que se tornem futuros criminosos, com a experiência toda”, acrescenta Geraldo Almeida.

Uma batalha que, contas feitas, pertence a todos.

Sal acolhe Festival da Juventude

Sexta-feira, 23 de Junho de 2006



A ilha do Sal vai receber de 15 de Julho a 12 de Agosto próximo a segunda edição do Festival da Juventude. Esta iniciativa da Secretaria de Estado da Juventude e dos Desportos (SEJD) deverá reunir cerca de 150 jovens – a viver nas ilhas e na emigração, incluindo também outros países lusófonos, à volta de actividades culturais e desportivas.

Segundo a directora-geral da Juventude, Hosana Barbosa, o festival, orçado em cerca de 7 mil contos, pretende reunir *“tudo o que de talentoso tem a nossa juventude”*. A exemplo do ano anterior, o programa contempla actividades que vão desde uma gala de vozes femininas até ao teatro, passando pela música, dança e um concurso de cultura geral. No âmbito desportivo, está previsto um torneio internacional de voleibol que deverá contar com a participação de jovens dos países lusófonos, além de outras modalidades. De destacar também a realização de uma gala de artes marciais.

O festival será oportunidade para a DGJ apresentar aos jovens da ilha do Sal o cartão-jovem e também para o lançamento de um *“Manual de Orientação para os Jovens”*. No início desta semana, a directora-geral da Juventude esteve na ilha do Sal a ultimar os preparativos do evento. Veio também para identificar os espaços para a realização das actividades e estabelecer contactos com possíveis patrocinadores.

A trabalhar na organização do festival, a promotora do evento já tem equipas constituídas por jovens locais, nos Espargos e em Santa Maria. De acordo com Hosana Barbosa, alguns possíveis parceiros já se mostraram receptivos a apoiar o projecto. São os casos da ASA, a Câmara Municipal do Sal e algumas instalações hoteleiras que prometem disponibilizar algumas vagas para participantes do Festival da Juventude.

A escolha do Sal deve-se, de acordo com esta responsável, a uma política da SEJD de descentralizar as actividades, *“de conseguirmos levar o FJ a todas as ilhas”*, afirma. Barbosa assegura que talentos locais estarão representados no evento, daí esperar que os grupos e associações do Sal colaborem para que este seja um festival ainda melhor do que o do ano passado, em que participaram uma centena e meia de jovens, na Praia, no âmbito das comemorações do 30º aniversário da independência. A ideia, diz, é sempre fazer melhor. Com a experiência adquirida no ano passado, ela não tem dúvidas de que os organizadores estão melhor preparados.

Hosana Barbosa adianta que uma comissão da SEJD está a trabalhar para que se possa trazer ao Sal e ao FJ, a *“elite da juventude cabo-verdiana. Para que isso aconteça, haverá concursos e actividades promovidos nas várias ilhas, para se fazer a filtragem dos participantes”*. KS

CENTRO NHÔ DJUNGA ATINGE 15 ANOS

O “milagre” da sobrevivência

O centro infantil Nhô Djunga assinalou, domingo passado, os seus quinze anos de existência com um almoço oferecido às crianças internadas por um grupo de cidadãs mindelenses. Esta iniciativa, segundo Adelaide Delgado, simboliza, no fundo, a forma como a sociedade civil tem encarado e ajudado o centro na sua luta pela sobrevivência. Sem esse movimento de solidariedade, que envolve empresas, instituições religiosas e pessoas particulares, assegura a nutricionista, *“Nhô Djunga”* já estaria encerrado.

“Há uma rede de amigos do centro que garante a sua sustentabilidade. São gestos voluntários que nos permitem continuar esse projecto de recuperação nutricional das crianças e apoio às mães. O apoio que recebemos das entidades é insuficiente e, como se não bastasse, a Câmara de S. Vicente reduziu a nossa verba de vinte para quinze contos, alegando falta de recursos”, elucida Delgado, responsável do centro Nhô Djunga.

Preparado para receber vinte crianças, o chamado Lar Nhô Djunga alberga entre sessenta e cinco e setenta menores por dia, sem que para isso tenha sofrido adaptações de qualquer

género. Cada criança representa um custo diário de cento e catorze escudos.

Segundo a nutricionista, *“Nhô Djunga”* passou a funcionar como uma creche: as mães deixam os filhos ao cuidado do centro e vão recolhê-los no horário estabelecido. Desta forma, as progenitoras, muitas delas jovens, ganham disponibilidade de tempo para procurar emprego ou então fazer outras tarefas em prol da família. Além desse auxílio, o centro promove formação para as mães sobre os cuidados primários de saúde.

“A taxa de crianças mal nutridas baixou drasticamente em S. Vicente, graças à iniciativa Hospital Amigo da Criança, que promove as vantagens do aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida. Além disso, houve um combate às doenças diarreicas”, explica a nutricionista, para quem a alimentação é a base do crescimento e desenvolvimento da criança. Relembra ainda que nenhuma criança pode ter bom aproveitamento escolar se estiver mal nutrida. *“Uma criança bem nutrida tem outra capacidade de aprendizagem, mais motivação para estudar e é menos problemática”*. Kim-Zé Brito





Travão às visitas no HAN

Ainda este ano, e depois de várias novidades a nível dos diferentes serviços, a administração do Hospital Agostinho Neto vai pôr a mão numa questão sensível: as visitas aos internos. Isto numa realidade em que é mais do que constatado que o excesso de visitantes é, por si só, prejudicial à saúde dos doentes. Isto agravado pelo facto de muitos visitantes, com as suas posturas, irem contra os cuidados elementares que se deve ter com um doente.

Sábado à tarde, enfermaria da cirurgia do Hospital Agostinho Neto. Para se visitar um doente é preciso pedir licença nos corredores mais do que movimentados do local. Quanto aos quartos, a situação não é melhor. A ponto de, entre os visitantes, ficar difícil ver onde está o doente. A movimentação é tal que um grupo de crianças se dá ao luxo de passear pelos corredores e quartos, como se de uma praça se tratasse.

Os sinais desta movimentação,

se à primeira vista não são visíveis na saúde do doente, estão por todos os lados. Estão nas paredes da enfermaria da cirurgia, um edifício novo e já prejudicado pela utilização, nas redes protectoras das janelas, muitas delas furadas com o objectivo de fazer chegar ao doente alimentos que são proibidos pelas normas do hospital. E, como se isto não bastasse, há quem aproveite a movimentação para levar para casa equipamento do hospital, caso das lâmpadas.

Mas não é por causa das consequências que a actual situação, que vem de longa data, pode ter na vida dos doentes, que a direcção do Hospital Agostinho Neto resolveu pôr as mãos na questão das visitas. E, tratando-se as visitas de uma questão cultural, o HAN sabe que está a mexer numa área sensível.

Entretanto, a decisão já está tomada, e ainda este ano a movimentação dos visitantes vai estar limitada. Para tal, e segundo a directora do HAN,

Arcelinda Barreto, cada doente vai receber, no acto de internamento, dois crachás que irá entregar a um familiar mais próximo. Com isto a venda da senha de visita só vai ser permitida a quem tenha um crachá.

E para que o controle seja, ainda, mais rigoroso, cada crachá vai ter o número da cama, podendo o visitante ficar somente no sector relativo ao número. Evita-se, assim, os verdadeiros passeios por quartos e corredores em que se transforma cada dia de visita. “Vai dar trabalho, mas vai valer a pena”, diz a nossa entrevistada.

Arcelinda Barreto espera contar com o apoio da sociedade para mais esta mexida no HAN, visto que o objectivo é não só proteger o doente, garantindo-lhe uma recuperação o mais rápido possível, como também o próprio visitante. Isto porque, na sequência dos passeios por vários sectores do hospital, como vem acontecendo, não é raro o visitante levar infecções para casa.

PLANO VERÃO NA PRAIA

POP aperta cerco aos criminosos

A Polícia da Ordem Pública (POP) já começou a pôr em prática o seu Plano Verão para a Praia, um esquema “bem estruturado” para controlar os “fora da lei” anunciado por este semanário no início do corrente mês. Várias operações já foram efectuadas até agora na capital do país, resultando na detenção de 86 pessoas e na apreensão de oito pistolas, 10 armas brancas e um taco de baseball.

Numa mega operação realizada na noite do último sábado, a POP deteve cerca de 70 indivíduos e apreendeu quatro pistolas e oito armas brancas. Segundo o comandante da Polícia da Ordem Pública (POP) para a região da Praia, Alcides da Luz, os indivíduos – na maioria adolescentes denominados thugs e tripolex – foram detidos apenas para identificação.

Conforme diz Alcides da Luz, a mega operação, que durou três horas, abrangeu todas as localidades da cidade da Praia, principalmente as zonas consideradas de risco e envolveu 188 polícias, incluindo alguns agentes de Corpo de Intervenção.

Uma outra operação foi efectuada pela POP, resultando na detenção de oito indivíduos, acusados de arrombamento de um armazém na Fazenda, de onde foram roubados cerca de 900 contos. Conforme o comandante regional da Praia, o Ministério Público já legalizou a prisão de três dos detidos, ficando os outros cinco a aguardar julgamento em liberdade.

A POP conseguiu deter mais oito elementos, depois de um assalto a uma mulher no bairro do Palmarejo. Com os assaltantes foram encontrados quatro armas de fogo, duas facas e um taco de baseball. A detenção só foi conseguida graças a um telefonema anónimo, que pôs a POP logo em acção. “Isto mostra o quão



importante é o apoio dos cidadãos no combate à criminalidade”, salienta Alcides da Luz, afirmando que dois dos detidos são adolescentes de 14 e 15 anos. “Vamos enviar o processo dos menores ao curador de menores, que vai ouvi-los na presença dos pais”, adianta. Os restantes foram apresentados, dia 21, ao Ministério Público. Alcides da Luz realça que a POP vai continuar a trabalhar no sentido de garantir maior segurança aos praienses: “Estamos de olhos abertos”, garante.

De salientar que o Plano Verão propõe maior policiamento de toda a área da Praia, através de rusgas e operações stop, sobretudo nos lugares onde há maior índice de criminalidade. A POP conta com a colaboração do Corpo de Intervenção e das polícias Militar, Marítima e de Trânsito.

SF

SÃO VICENTE

Luta contra o Uso Abusivo e o Trafico ilícito de Drogas

O Centro de Juventude de São Vicente, em parceria com o MAJ (Movimento Acção de Jovens), o Espaço Jovem e outras associações sediadas na ilha do Porto Grande assinalam no próximo dia 26 de Junho, segunda-feira, o Dia Mundial de Luta Contra o Uso Abusivo e o Trafico Ilícito de Drogas. Para o efeito, um leque variado de actividades terá lugar na cidade do Mindelo e arredores, sobretudo na zona de Monte Sossego.

Das actividades programadas, o CJ destaca a realização de uma prova de ciclo cross, um desfile de 60 ciclistas envergando camisolas com o lema deste ano “Droga não é brinquedo. Protejamos as nossas crianças!”. Haverá ainda rádio - praça na zona de Cova, Monte Sossego, com animação musical, dança e sketch teatral sobre o tema droga.

Mas o ponto alto das comemorações será, com certeza, a realização de uma conferência/debate no Centro Social de Bela Vista, que será precedida da colocação de dísticos em pontos estratégicos da cidade. “O objectivo é tocar a consciência pública para o poder destrutivo das drogas e responsabilizar a sociedade pelo bem-estar da criança”, assegura o responsável pelo Centro de Juventude de São Vicente, que aproveita para realçar que todas essas actividades são suportadas financeiramente pelo CCCD.

A par das actividades elencadas para assinalar o Dia Mundial de Luta contra o Uso Abusivo e o Trafico de Drogas, o CJ prepara neste momento um programa de ocupação dos tempos livres das crianças, jovens e adolescentes durante o Verão. É assim que, a partir de 10 de Julho, o centro acolhe os cursos de informática, inglês, arte lúdica para crianças e adolescentes. Atendimento público, guia turístico, são outros cursos que constam das ofertas deste Verão. Estes cursos estão direccionados a jovens e propõem-lhes ocupar os tempos livres de forma didáctica.

CP

GUARDA MORTO NA SEDE DO TOTOLOTO NACIONAL

Jair da Costa Moreno, de 21 anos, foi assassinado na madrugada de segunda-feira na sede do Totoloto Nacional, no Plateau, centro da cidade da Praia. O jovem, mais conhecido por Paquito, trabalhava nesta instituição há menos de um mês, substituindo um outro guarda que se encontrava de férias.

Segundo a polícia, Paquito foi encontrado morto com várias escoriações no corpo, por volta das 6h da manhã de segunda-feira, pelo responsável do Totoloto Nacional, João Alírio Correia, quando este chegava ao local para mais um dia de trabalho.

A Semana tentou falar com os efectivos da Polícia Judiciária (PJ) que estão a investigar o caso, mas sem sucesso. Contudo, fontes seguras da PJ confirmaram que o resultado da autópsia aponta para homicídio, e que já foram identificados alguns suspeitos. “Estamos a investigá-los”, referiram.

Conforme uma fonte de Polícia da Ordem Pública (POP), Paquito encontrou a morte “com uma arma branca, pois o corpo apresentava vários cortes e tinha a nuca toda ensanguentada”. Vestígios de agressão, o roubo de um cofre e a desordem do local reforçam a ideia de que se tratou de um assassinato. A nossa fonte adianta, ainda, que o assalto não resultou em roubo de dinheiro, porque no cofre apenas se encontravam papéis e documentos.

O crime chocou os praienses, não só por ser mais um caso na onda de crimes que ultimamente se verifica na Praia, mas sobretudo porque o guarda foi morto dentro de um local considerado “seguro”. É mais uma prova de que “já não se pode estar em segurança nem dentro da sua própria casa ou do seu posto de trabalho”.

“Todos os dias ouve-se alguém dizer que foi assaltado ou que algum parente, amigo ou vizinho foi vítima de um caçubodi”, diz Nanda, um dos vários curiosos que estavam no local do crime a tentar saber o que aconteceu. “Agora nem de portas trancadas estamos seguros”, salienta, para afirmar que reconhece os esforços da polícia, mas que os criminosos “continuam a actuar normalmente”. “É preciso tomar medidas sérias”, apela.

SF

ELECTRA REFORÇA POTÊNCIA NA PRAIA



Geradores alugados chegam em Agosto

A Electra - Empresa de Electricidade e Água assinou esta semana uma carta de intenção de locação de grupos electrogeradores com uma empresa estrangeira por um período de três meses prorrogáveis, para o abastecimento da cidade da Praia. Com este reforço temporário de potência, a Electra acredita que já em Agosto poderá estabilizar o fornecimento de energia eléctrica na capital.

Três meses é a disponibilidade manifestada pelos accionistas maioritários da Electra, EDP/AdP, para contratar, por aluguer, grupos electro-geradores, que apoiarão a potência necessária ao abastecimento da cidade da Praia, tendo em vista a estabilização do fornecimento de energia eléctrica à capital. O presidente da Comissão Executiva da Electra, Rui Santos, deixa, entretanto, em aberto a

possibilidade de se prorrogar o contrato de aluguer, caso a Electra encontre financiamento.

Mas esta é uma situação excepcional que irá complicar ainda mais a situação da empresa que, por si só, já era difícil. Em nota informativa aos clientes, a Electra explica que a situação económica e financeira da empresa ficou mais complicada com o aumento do preço dos combustíveis e com o corte por parte do Estado do subsídio ao gasóleo. É que, em conjunto, a alta dos combustíveis e a supressão do subsídio representam um aumento de custos para a empresa na ordem dos 75%. E nem a nova tabela de electricidade e água, que sofreu agravamentos de 20% e 10% respectivamente, conseguiu anular as despesas.

“O estudo efectuado pela Electra

sobre a repercussão do aumento do preço dos combustíveis nos custos de produção aponta para valores que excedem, em muito, os que acabaram por ser fixados no novo tarifário, acentuando o défice da conta de exploração da empresa e agravando substancialmente o equilíbrio económico e financeiro celebrado com o Estado”, lê-se na nota que vimos citando.

Por causa disso, os accionistas EDP/AdP entendem que é necessário realizar uma análise profunda, a cargo de uma entidade especializada e independente, escolhida de comum acordo com o Estado, com vista à determinação de medidas necessárias à viabilização da empresa. “A situação da Electra é muito pior agora porque os custos aumentaram. Isso porque as receitas previsionais não

conseguem cobrir o aumento dos combustíveis e a eliminação do subsídio ao gasóleo. E agora que vamos alugar grupos geradores, teremos mais despesas com a aquisição de mais combustível”, exemplifica Rui Santos.

Não obstante todas essas dificuldades, a empresa promete continuar a executar, na medida das suas possibilidades, o plano de actividades e de investimento, adequando-o às suas disponibilidades financeiras e financiamentos. Paralelamente e porque estão conscientes da gravidade da situação, o CA da Electra indica que irá continuar a colaborar com o governo e com a Agência de Regulação Económica (ARE), na procura de soluções urgentes e adequadas para viabilizar a empresa e minimizar os problemas operacionais.

Constância de Pina

ACTIVIDADE SÍSMICA NA BRAVA



Danos foram pequenos

A equipa de avaliação do Serviço Nacional de Protecção Civil, que se deslocou à Brava na segunda-feira, 19, para avaliar no terreno as perturbações causadas pelos abalos sísmicos que fugistaram a ilha nos dias 17 e 18, concluiu que os danos foram apenas materiais e de pouco valor. Mesmo assim, afirma o capitão José da Graça, que destaca o apoio e a interacção com a população e as autoridades locais, o SNPC continuará a seguir a situação e manter-se-á em contacto permanente com o Serviço Municipal de Protecção Civil.

Graças à colaboração do CIMIC – Centro Militar e Civil da NATO – instalado na cidade da Praia, a equipa de avaliação do SNPC conseguiu desembarcar na ilha Brava, num dos helicópteros que participam no exercício *Steadfast Jaguar 2006*, ainda no embalo dos tremores que deixaram

a população intranquila.

Esteve ainda envolvido na operação um navio espanhol da NATO, “Castilla”, que activou o helicóptero a partir de Santiago, e uma aeronave de patrulhamento marítimo (MPA), que tirou fotografias da ilha para obter uma primeira impressão dos estragos.

Segundo Graça, o objectivo desta missão era fazer uma avaliação no terreno e observar as necessidades de forma a minimizar os efeitos da actividade sísmica. “A equipa registou duas casas velhas parcialmente ruínas e algumas fissuras numa das instalações da Câmara Municipal”, enumera este responsável do SNPC, que aproveita para informar os cabo-verdianos que os abalos sísmicos ocorridos nas proximidades da ilha das flores, conforme análises técnicas, foram de pequena intensidade

e não provocaram vítimas.

O capitão José Graça destaca ainda a colaboração das autoridades locais que estão a trabalhar em coordenação com o SNPC para que as pessoas afectadas beneficiem de alguma atenção e possam regressar à sua vida normal. “Por exemplo, após avaliar a situação, mobilizámos os meios e montámos duas tendas com condições aceitáveis de habitabilidade, que acolheram as duas famílias cujas casas ficaram danificadas”.

Instado a comentar o isolamento da ilha Brava e a necessidade urgente de se ter um navio em permanência no porto de Furna e um helicóptero no país em “stand by” para situações do género, José da Graça esclarece que o SNPC é uma estrutura técnica e que se limita a alertar as autoridades sobre certas situações e sobre as medidas consentâneas. CP

TRANSFERÊNCIA DE MOTORISTAS

O presidente da Câmara de Porto Novo, Amadeu Cruz, ignorou dois despachos do vereador Cláudio Santos (que responde pelos pelouros da Cooperação, Obras Municipais, Ambiente e Protecção Civil): um que transferia o motorista Manuel Guido Ludovina "por urgente conveniência de serviço" e outro que exigia a instauração de um inquérito contra o motorista Arnaldo Sousa. Cláudio Santos ordenava ainda que o inquérito fosse reportado à Procuradoria e à POP. Ao A Semana, Amadeu Cruz garantiu que não desautorizou o seu vereador, mas admite que anulou a transferência de Manuel Guido, por razões familiares. Quanto a Sousa, afirma, os resultados do inquérito sairão em Julho.



Amadeu Cruz desautoriza vereador Cláudio Santos

O relatório exaustivo elaborado pelo vereador Cláudio Santos, que substituíra o presidente da Câmara do Porto Novo ausente no exterior, sobre os problemas de gestão na central eléctrica de Lombo de Figueira, e o despacho emitido pelo mesmo transferindo um funcionário para um outro serviço foram ignorados pelo edil portonovense. Amadeu Cruz, contrariando todas as alegações do seu substituto, optou por mandar instaurar um inquérito para apurar os factos registados em Lombo de Figueira e anulou o despacho de transferência de Manuel Guido desautorizando Santos, que agiu na qualidade de presidente substituto.

Confrontado por **A Semana**, Cruz admite que, de facto, há problemas na central de Lombo de Figueira. Por causa disso, "mandei instaurar um inquérito para apurar o que está a acontecer nesta central, que estará concluída em Julho próximo. De qualquer forma, vamos ter de interferir ali porque a central está completamente danificada e alguém vai ter de ser responsabilizado. O pior é que desde então (final de Maio) a população dessa localidade está às escuras", assevera o autarca de Porto Novo.

Sobre o inquérito em curso, segundo Amadeu Cruz, é preciso ser justo e dar oportunidade às pessoas para se defenderem, embora não seja lícito que o funcionário em causa, Arnaldo Sousa, não esteja sujeito a um processo disciplinar. Manuel Guido, que foi poupado de uma transferência para a Central do Tarrafal de Monte Trigo, alegadamente por razões familiares, terá de melhorar o seu desempenho, afirma o edil, que descarta a hipótese de motivações políticas por detrás desse imbróglio até porque, garante, "esses dois funcionários são próximos do MpD, inclusive um deles é militante ventoinha. Quanto ao Cláudio, é uma pessoa próxima do presidente, que defende as políticas da Câmara do Porto Novo com rigor, facto que ditou, recentemente, o reforço das suas competências com a inclusão do pelouro do Ambiente nas muitas pastas que acumula".

Tentámos ouvir Cláudio Santos, mas tal não foi possível porque ele se encontra fora do país, em gozo de

férias. Mas os vários documentos, inclusive o relatório elaborado por este vereador mostram a complexidade da situação envolvendo o autarca e dois dos seus subalternos. Por exemplo, enquanto tutela do sector de energia, Santos detalha no documento a que **A Semana** teve acesso as dificuldades ligadas à gestão da Central de Lombo de Figueiras que, não obstante os esforços, tem deixado a população sem energia eléctrica. É disso exemplo, afirma Santos, a gestão de 200 litros de gás-óleo que deveriam garantir oito a 10 dias de energia eléctrica à localidade de Lombo de Figueira, mas que se esgota em quatro/cinco dias. Este autarca denuncia ainda tentativas de violação do equipamento instalado na central, os cortes e o entupimento das condutas de combustível, o derrame e o sumiço do gás-óleo, de entre outros factos cuja responsabilidade reporta ao motorista Arnaldo Sousa. "Estas situações têm-se acumulado e tomado dimensões preocupantes, quando os sucessivos incidentes ligados à gestão da Central têm atingido os guardas e os substitutos do motorista, com casos e peripécias que estão sob a alçada da POP, sem termos ainda quaisquer esclarecimentos", lê-se no relatório.

Embora admita que situações imprevistas possam acontecer, Cláudio Santos lembra que o motorista desta central tem na sua posse uma viatura, e que, em nome do brio profissional, deveria arranjar soluções imediatas, ao invés de deixar a comunidade de Lombo das Figueiras às escuras por várias noites. Uma situação que, no entender deste vereador, resulta do desinteresse do motorista na resolução dos problemas, um comportamento a que "se adicionam as inúmeras avarias fúteis e inexplicáveis que vêm aparecendo como argumento para não pôr a central em funcionamento".

Por tudo isso, o vereador "exige ao presidente da Câmara a abertura de um inquérito interno, devendo ainda reportar o facto à Procuradoria da República e à POP no sentido de definitivamente fecharmos os eternos episódios sobre a central". Em jeito de remate, Santos ordena que o funcionário em questão seja transferido da Central de Lombo das Figueiras para a Oficina Mecânica

da Câmara, na cidade do Porto Novo, alegando que pelo seu desempenho esse agente está aquém de lhe merecer confiança para aí continuar a exercer o cargo que lhe foi confiado. Com argumentos parecidos, Santos emitiu ainda um despacho, transferindo o motorista Manuel Guido Ludovina, "por urgente conveniência de serviço para a Central Rural de Tarrafal de Monte Trigo" e pede que se efective essa transferência na segunda quinzena do corrente mês.

Para um dos motoristas visados, Arnaldo Sousa, o vereador está a misturar trabalho com política pelo que pede ao presidente da Câmara, Amadeu Cruz que procure os meios e a forma de ultrapassar o mal-entendido provocado por "malabarismos de quem julga ser o dono da verdade". Sousa pede ainda ao autarca que ouça as partes envolvidas no processo, nomeadamente Cláudio Santos, a fim de esclarecer e provar as acusações feitas. "Os cargos políticos devem ser desempenhados com respeito e tolerância pelos outros, sem insolência e despotismo, sob pena de pôr em causa a boa gestão da Câmara e em particular do seu presidente", alerta o motorista, que desafia Santos a provar as acusações explícitas no seu relatório, a sua má-fé e a tentativa de ludibriar.

Em relação ao inquérito mandado instaurar pelo presidente da Câmara do Porto Novo, Sousa diz-se tranquilo. Aliás, segundo ele, no dia em que foi ouvido pediu para enviarem um técnico para analisar os estragos. O que não aconteceu porque "o vereador Cláudio, mais uma vez, antecipou-nos e deslocou um técnico para a Central de Lombo de Figueira, que desmontou o motor para poder destruir as provas que o incriminavam".

Exactamente por causa disso, a par do inquérito, Sousa, que foi acusado por Cláudio de violação da central e roubo de combustível, factos que, curiosamente, aconteceram no decurso das suas férias, já entrou com um processo no tribunal da Comarca do Porto Novo em que acusa o vereador Cláudio Santos de calúnia e difamação.

Constança de Pina